

Por um novo paradigma

A EXPERIÊNCIA DE VIDA QUE LEVOU UM AGRÔNOMO A COMPREENDER POR QUE A SUSTENTABILIDADE FAZ SENTIDO PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

POR FLAVIA PARDINI

“**E**u sou o próprio agronegócio, olha a minha história, a minha formação, vivo disso, me alimento disso.” José Carlos Pedreira de Freitas, o autor da frase, não tem propriedade rural, não produz um grão de soja sequer e, embora cultive amizades com grandes agricultores nacionais, é visto com cautela por eles. Sua ligação visceral é com o conceito por trás da palavra.

“Agronegócio não é o negócio na agricultura”, explica. “É um neologismo, criado por dois estudiosos de Harvard, nos anos 50, que concluíram que a fazenda sozinha não existe.” O agronegócio é, na visão de Pedreira, a conexão entre os elos que compõem a cadeia produtiva agrícola.

Hoje em dia, seu esforço está centrado em fazer dessa conexão algo que torne o sistema agrícola menos excludente socialmente, menos esgotante ambientalmente e, portanto, mais sustentável economicamente. Mas nem sempre foi assim. Natural de São Paulo, Pedreira passou por Ribeirão Preto, Brasília, Israel, esquadrinhou a Amazônia e o Cerrado, perdeu todos os investimentos e recomeçou do zero, antes de entender por que a sustentabilidade faz sentido para o agronegócio.

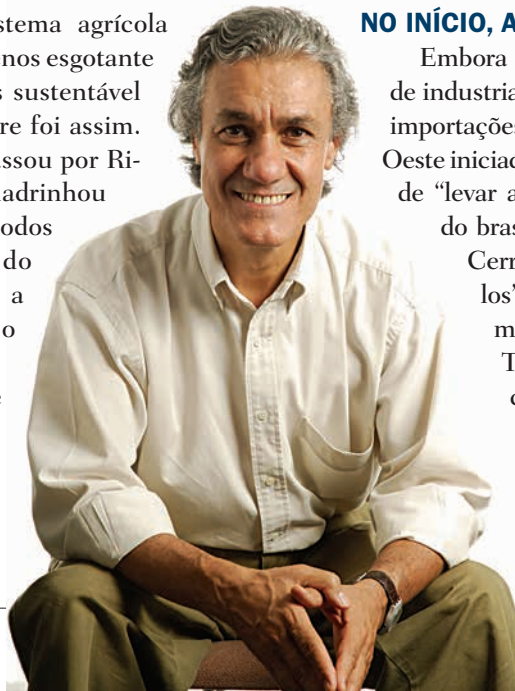
Filho do médico sanitário e epidemiologista José Lima Pedreira de Freitas, Pedreira nasceu em “uma certa aristocracia rural”, como conta. Seu avô paterno, fundador da cidade de Arceburgo, era

“dono” de boa parte do Sul de Minas. “Sempre tive ligação com a fazenda, que é um valor importante para mim”, relata. “Mas voltado para questões de administração e gerência, para organizar os fatores de produção.”

Tanto que, formado em agronomia, em 1974 cursou uma especialização em administração rural, oferecida, em parceria, pela Fundação Getúlio Vargas, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e pelo Instituto de Economia Agrícola. “O objetivo era levar ao setor rural os instrumentos da administração urbana.”, diz. Nada mais oportuno no ano em que tomava posse na Presidência da República o general Ernesto Geisel.

NO INÍCIO, A MODERNIZAÇÃO

Embora tenha dado continuidade ao projeto de industrialização, por meio da substituição de importações, Geisel retomou a marcha para o Oeste iniciada por Getúlio Vargas e adotou o lema de “levar ao campo a capacidade empresarial do brasileiro”. A estratégia era “integrar” o Cerrado e a Amazônia para não “entregá-los” ao capital estrangeiro, e a melhor maneira de fazer isso, a agricultura. Também data do período da ditadura a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do que mais tarde viria a ser a Central Nacional de Abastecimento (Conab) e da política de preços mínimos para os produtos agrícolas.





Tendo na bagagem o curso de especialização, a experiência de gerir parte da fazenda herdada dos avós e uma breve passagem, como profissional, por uma usina de açúcar, Pedreira foi selecionado pelos militares para integrar o corpo de assessores do então ministro da Agricultura, Allyson Paulinelli. “Em 1975, aos 25 anos de idade, cheguei a Brasília sem ter idéia de onde estava me metendo”, relembra. “Tinha sido criado no interior, ouvia falar da resistência, da Rua Maria Antônia, apenas pelo jornal. Era um alienado.”

Responsável pelo Programa de Modernização da Empresa Rural, ajudou a levar o enfoque de negócio ao setor rural em vários estados, por meio das redes de assistência técnica e extensionismo rural. “Antes, o produtor aprendia a plantar feijão, milho, abobrinha, mas nada conhecia de contabilidade”, exemplifica. Para ele, o aprendizado foi o de Brasil: “Conheci do Rio Grande do Sul a Roraima em detalhe.”

O governo também determinou – como era praxe na época dos militares – que se elegeisse um local para um novo pólo cacauicultor, evitando que a produção ficasse concentrada na Bahia, vulnerável a pragas e outros desastres. O Ministério da Agricultura escolheu Rondônia.

PARA OCUPAR a Amazônia, o governo militar optou por incentivar um modelo de produção que previa a retirada da floresta para dar lugar ao homem e às plantações. Nesta época, Pedreira apostou no cultivo de cacau

Embora integre a Amazônia Legal – conceito criado pelos militares para fins de planejamento e execução de políticas de “integração” –, Rondônia tem características diferentes de estados como o Amazonas e o Pará, por exemplo. “A qualidade do solo é igual à do norte do Paraná, é terra roxa estruturada”, explica Pedreira. E, como no Paraná, deu-se início a um sistema baseado na retirada da floresta para o cultivo.

Mas Rondônia ainda não era um capítulo na vida de Pedreira. Em 1979, no apagar das luzes do governo Geisel, ele integrou uma delegação do ministério a Israel para um curso sobre colonização. Com a criação do Estado de Israel, em 1948, os líderes israelenses se deram conta de que seus compatriotas, espalhados pelo mundo, eram especialistas em comércio e vendas, mas poucos trabalhavam a terra. Ocupar o novo território, no entanto, era essencial, e a melhor maneira de fazê-lo, a agricultura. Eles desenvolveram, então, os sistemas de



A COOPERLUCAS nasceu para ser uma associação de produtores, em que todos os esforços são conjuntos. Os primeiros cooperados chegaram nos anos 80

Holambra no País – esta em Mato Grosso – a melhor oportunidade para pôr em prática seus conhecimentos. Começava a revolução dos grãos no Centro-Oeste e, aos poucos, Pedreira arregimentou os filhos e netos de holandeses que tinham imigrado para o Brasil nos anos 40 para criar a primeira Cooperativa Agropecuária Holambra nos arredores de Campinas.

UMA COOPERATIVA NO CERRADO

Preparou-os para viver e produzir em comunidade e formar uma cooperativa. Ao contrário das tradicionais cooperativas de produção, em que os agricultores se unem apenas para comprar insumos e vender suas mercadorias, as associações de produtores funcionam no estilo do kibutz, em que todos os esforços são conjuntos. “Tudo é de todos”, arremata ele. Nasceu assim a Cooperlucas – Cooperativa Agropecuária Lucas do Rio Verde, que no início dos anos 80 passou a operar no que hoje é a cidade de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso.

O modo de produção era retirar e queimar o cerrado para dar lugar às plantações, o mesmo adotado por Pedreira em outra empreitada, esta com ex-colegas de Brasília, no projeto do pólo cacauicultor de Rondônia. “Tínhamos financiamento do governo a perder de vista e implantávamos o paradigma da época”, conta. “Tirávamos a madeira de lei para vender, o resto era cortado e queimado, não havia valor para aquela madeira.” Com os troncos cortados formava-se o “pavio”, esperava-se a estação seca e ateava-se fogo. O cacau era plantado no meio dos restos do que fora mata, acompanhado de uma muda de bananeira – planta de crescimento rápido, que forneceria o primeiro sombreamento necessário ao pé de cacau – e de uma muda de árvore nativa – esta para crescer alta e garantir o sombreamento permanente.

O método foi desenvolvido para evitar o aparecimento de fungos e de outras doenças que afetavam as plantações na Bahia, onde

kibutzim e moshavim – cooperativas agrícolas surgidas no princípio do século XX.

De olho na “integração” da Amazônia, o governo brasileiro queria aprender com a experiência israelense. Mas, para Pedreira, a vivência de oito meses em Israel despertou “valores adormecidos”. “Aquela coisa de organizar o espaço agrícola, criar uma comunidade, dar sustentabilidade econômica e ambiental a ela, me cutucou muito, embora eu não me desse conta disso”, lembra.

De volta ao Brasil em 1979, já fora do governo, vivendo em São Paulo e desempregado havia seis meses, ele viu na criação de uma empresa para ajudar a construir a terceira cooperativa da

**A REALIDADE SE FEZ SENTIR PELO BOLSO:
A CULTURA DE CACAU E SERINGA NÃO
VINGOU. NÃO SE PODIA PLANTAR NA
AMAZÔNIA COMO SE FAZIA NO SUL**




a floresta é mantida e o cacau, plantado no lugar do sub-bosque para aproveitar a sombra. As árvores altas impedem a chegada da luz do sol, e a umidade favorece os fungos. “Era preciso retirar a floresta para dar lugar ao cacau e ao homem.” Assim foi também com outras experiências que Pedreira acumulou na mesma época, cultivando seringueiras na região de Manaus, ajudando a desenvolver o núcleo de Rio Verde no Cerrado. “Eu achava que ia ficar rico e ajudar o Brasil”, diz.

A realidade, porém, se fez sentir pelo bolso em alguns anos. A cultura de cacau não vingou, as seringueiras foram atacadas por doenças, e começou-se a preferir o plantio nos estados do Sul, onde o período de seca naturalmente afasta os fungos da seringueira. “Fiz todo o esforço, peguei duas malárias, mas não dava certo. Perdi tudo e comecei a perceber que estava equivocado. Não podia plantar na Amazônia como se plantava no Sul, estava agredindo a natureza. Além disso, minha relação com os empregados era de trabalho escravo, eles passavam três meses em barracas de palha no meio da floresta, não tinha escola, refeitório, nada.”

Pedreira participou da Rio 92 como vice-

presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, defendendo que chama de “paradigma antigo”. Insistiu na produção na Amazônia até 1995, quando decidiu mudar. “Fui derrotado, mas aprendi que aquele não era o modelo.”

Aos poucos, passou a estudar a questão ambiental e reorientou sua empresa, a Hecta. Foi responsável pelo projeto de co-geração do Grupo Balbo, fez parte do Climate Change Network e começou a defender a necessidade de se atentar para a sustentabilidade do agronegócio.

Na Amazônia, outro modelo – o da sustentabilidade – ainda não se desenvolveu, na visão de Pedreira. “Há nichos importantes de manejo sustentável, mas este ainda não foi generalizado, é coisa para duas ou três gerações e muita pesquisa.” Seu foco, então, volta-se para a agricultura familiar. Hoje à frente da organização da Agrifam – Feira Estadual da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural –, Pedreira acredita na “redenção” do agronegócio com a inclusão da agricultura familiar. E aconselha: é preciso usar a força do adversário para transformá-lo. 

A REVOLUÇÃO dos grãos chegou ao Centro-Oeste no final dos anos 70. Como se faz ainda hoje, as plantações apareciam onde antes era cerrado